

PRIO TIGRIS CNPJ Nº 06.871.406/0001-26				Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais - R\$)			
Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais - R\$)				Demonstrações dos resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais - R\$)			
	Nota	31/12/2025	31/12/2024		Nota	31/12/2025	31/12/2024
Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	867.561	387.632	Fornecedores	9	444.356	-
Contas a receber	4	448	249.407	Obrigações trabalhistas		5.712	211
Estoque de óleo		170.853	273.904	Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	10	-	710
Estoque de consumíveis		1.269.028	-	Tributos e contribuições sociais a pagar	10	160.630	68.915
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	5	183.023	192.725	Empréstimos e financiamentos	11	43.837	-
Tributos a recuperar	5	73.962	53.631	Arrendamentos	12	42.786	-
Adiantamentos a fornecedores		21.999	-	Adiantamentos de parceiros	15	188.883	227.416
Despesas antecipadas		441	-	Empréstimos com partes relacionadas	16	89.538	502.034
Outros créditos		-	145			975.742	799.286
Total do ativo circulante		2.587.315	1.157.444	Não circulante			
Realizável a longo prazo		-	-	Empréstimos e financiamentos	11	3.613.480	-
Depósitos e cauções	6	156.739	141.211	Marcação a mercado dos swaps dos empréstimos	11	11.027	-
Tributos a recuperar	5	1.718	66.523	Provisão para abandono de instalações	14	2.978.159	1.385.554
Tributos e contribuições sociais diferidos	13	81.240	779.157	Provisão para contingências	26	78	-
Partes relacionadas	16	397.779	-	Empréstimos com partes relacionadas	16	11.461.073	8.728.518
		637.476	986.891	Arrendamentos	12	47.328	-
Direito de Uso	12	91.258	-	Outras obrigações		24.324	-
Imobilizado	7	17.362.388	8.231.835			18.135.469	10.114.072
Intangível	8	5.516.531	3.722.531	Patrimônio líquido			
Total do ativo não circulante		23.607.653	12.941.257	Capital social realizado	17	12.698.322	9.549.363
Total do ativo		26.194.968	14.098.701	Ajuste acumulado de conversão		2.255.583	2.473.709
As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.				Ajuste de avaliação patrimonial	11	(7.278)	-
Demonstrações dos resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais - R\$)				Demonstrações dos resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais - R\$)			
	Nota	31/12/2025	31/12/2024		Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida	18	4.253.638	3.984.496	Total do passivo e patrimônio líquido		26.194.968	14.098.701
Custos dos produtos vendidos	19	(5.254.248)	(2.553.700)	As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.			
Resultado bruto		(1.000.610)	1.430.796	Demonstrações dos resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais - R\$)			
Receitas (despesas) operacionais		(11.014)	(152)	Resultados do exercício		974.859	299.043
Despesas de geologia e geofísica	20	(82.256)	(42.413)	Itens que podem ser reclassificados para o resultado:			
Despesas gerais e administrativas	22	3.656.471	-	Marcação a mercado dos swaps dos empréstimos	(11.027)	-	-
Reversão de impairment		-	-	(-) Impostos diferidos sobre a marcação a mercado dos swaps		3.749	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	22	(164.593)	134.849	Ajuste de conversão para a moeda de apresentação	(218.126)	(556.616)	-
Resultado operacional antes do resultado financeiro		2.397.998	1.523.080	Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	(225.404)	(556.616)	-
Receitas financeiras	23	84.354	26.186	Total de resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos		749.455	(257.573)
Despesas financeiras	23	(852.752)	(685.831)	As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.			
Variações cambiais, líquidas	23	(11.738)	(53.211)	Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais - R\$)			
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		1.617.862	810.224				
Imposto de renda e contribuição social corrente	24	(62.423)	784	Capital social		9.549.363	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	24	(580.580)	(511.965)	Ajuste acumulado de conversão		3.030.325	3.442.916
Lucro do exercício		974.859	299.043	Prejuízos acumulados		(9.136.772)	(556.616)
As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.				Consolidado		299.043	299.043
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais - R\$)				Demonstrações dos resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais - R\$)			
Saldos em 1º de janeiro de 2024		9.549.363	-	Saldo em 31 de dezembro de 2024		9.549.363	3.185.343
Ajuste de conversão para a moeda de apresentação		-	-	Integralização de capital		3.148.959	-
Lucro líquido do exercício		-	-	Ajuste de conversão para a moeda de apresentação		-	(218.126)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		9.549.363	2.473.709	Lucro líquido do exercício		-	-
Integralização de capital		3.148.959	-	Saldos em 31 de dezembro de 2025		12.698.322	2.255.583
Ajuste de conversão para a moeda de apresentação		-	(218.126)	As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.			
Lucro líquido do exercício		-	-				
Lucro líquido do exercício		-	-				
Saldos em 31 de dezembro de 2025		12.698.322	2.255.583				
As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.							

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Prio Tigris S.A. ("Tigris" ou "Companhia"), anteriormente denominada Sinochem Petróleo Brasil Ltda., foi constituída em 26 de julho de 2004. Com sede na cidade do Rio de Janeiro, e tem como objeto social a exploração de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos e outras atividades ligadas ou conexas a estas. No dia 27 de setembro de 2024, a Prio Luxembourg Holding Sarl ("Lux Holding"), controlada indireta da PRIO S.A., assinou Contrato de Compra e Venda com a SPEEP Energy Hong Kong Limited e a Sinochem International Oil (Hong Kong) Company Limited ("Sinochem") para a aquisição da empresa Prio Stellina Netherlands Coöperatief U.A. (anteriormente denominada Sinochem Petroleum Netherlands Coöperatief U.A.), controladora indireta da Tigris, sendo a aquisição concluída no dia 05 de dezembro de 2024. A partir dessa data, a Prio Tigris S.A. se tornou uma empresa do Grupo PRIO S.A. No dia 1º de maio de 2025, a Companhia assinou contrato com a Equinor Brasil Energia Ltda. ("Equinor") para a aquisição de participação total de 60% e operação dos Campos de Peregrino e Pitangola. Assim, o campo de Peregrino passou a ser detido e operado integralmente pela Prio. A transação tem o valor base de US\$ 3.350 milhões (equivalentes a R\$ 19.236.370), sendo US\$ 2.233 milhões referentes à 40% e o restante, US\$ 1.117 milhões, referentes à 20%. Os pagamentos devidos na conclusão das aquisições estarão sujeitos aos ajustes até o fechamento da transação (contados a partir de 1º de janeiro de 2024), como o resultado do ativo e juros, conforme transações similares. Em agosto de 2025, a ANP decidiu pela interdição do FPSO Peregrino, operado pela Equinor, apontando melhorias na documentação de gestão e análise de risco, além de adequações no sistema de dilúvio. A produção foi retomada em 17 de outubro de 2025. Em 11 de novembro de 2025 foi concluída a aquisição de 40% do Campo e a transferência da operação com um pagamento adicional de US\$ 1.539 milhões (equivalentes a R\$ 8.116.903) após ajuste de preço. Os 20% adicionais devem ser concluídos até o final de 2026 e estão sujeitos às condições precedentes para este tipo de operação, como aprovação da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis ("ANP"). Campos de Peregrino e Pitangola: As atividades operacionais da Companhia são voltadas para a produção de óleo e gás natural, operando nas seguintes Bacias e Campos em 31 de dezembro de 2025:

Pais	Bacia	Bloco	Campo	Operador	%	Status	Fase
Brasil	Campos	BM-7	Peregrino	Tigris	80%	Operador	Produção
Brasil	Campos	BM-C-47	Pitangola	Tigris	80%	Operador	Produção

Os Campos de Peregrino e Pitangola estão localizados a 85 quilômetros (*) da costa, na Bacia de Campos, nos blocos BM-C-7 e BM-C-47 e a 28 quilômetros do Cluster Polvo e Tubarão Martelo. A licença cobre uma área de aproximadamente 534 km² (*). (*) Informação não auditada pelo auditor independente.

2. Políticas contábeis materiais às demonstrações financeiras: 2.1 Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 26 de março de 2026. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. 2.2 Base de elaboração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros derivativos, ativos relacionados a instrumentos de dívida e contraprestações contingentes que foram mensurados pelo valor justo. As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais e todos os valores são arredondados para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. A Companhia preparou as demonstrações financeiras partindo do pressuposto de continuidade operacional. 2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação: Moeda de apresentação: Em atendimento à legislação brasileira, as demonstrações financeiras são apresentadas em reais, a partir das informações preparadas na moeda funcional da Companhia, que é o dólar norte-americano, conforme destacado. • Os ativos e passivos são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data do balanço (taxa de fechamento). • Demonstrações do resultado, resultado abrangente e fluxo de caixa são convertidas pela taxa média de câmbio do período em que as operações ocorreram (taxa média); e • Patrimônio líquido é convertido pela taxa histórica. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido, na demonstração do resultado abrangente, na linha de "Ajustes acumulados de conversão". Moeda Funcional: A Administração da Companhia monitora os indicadores primários e secundários que definem a moeda funcional a ser utilizada. A Companhia tem como moeda funcional o dólar norte-americano, uma vez que esta moeda é a mais significativa em todas as transações, eventos e condições subjacentes. 2.4 Caixa e equivalentes de caixa: São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. Compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor. 2.5 Contas a receber de terceiros: As contas a receber correspondem aos valores a receber originados da venda de óleo e na prestação de serviços, fornecedores no curso normal das atividades da Companhia, faturados e que não tenham sido pagos. A Administração avalia que o risco de inadimplência dos seus créditos é baixo. Historicamente o contas a receber da Companhia não possui risco de crédito significativo. Dessa forma a constituição de provisões para devedores duvidosos seria imaterial. Em 31 de dezembro de 2025 o prazo médio de recebimento das contas a receber de terceiros é de 30 dias da conclusão da venda. 2.6 Estoque de óleo: Os estoques são avaliados ao custo ou valor realizável líquido - dos dois, o menor. Os custos incorridos para levar o produto à sua localização e condição são mensurados pelo seu custo médio ponderado de aquisição ou de produção. O valor de realização líquido compreende o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e aqueles necessários para a realização da venda. 2.7 Estoque de consumíveis: Os estoques são avaliados ao custo ou valor realizável líquido - dos dois, o menor. Os custos incorridos para levar o produto à sua localização e condição são mensurados pelo seu custo médio ponderado de aquisição. Quando utilizados os materiais são transferidos para o custo de produção. 2.8 Gastos exploratórios, de desenvolvimento e de produção de petróleo e gás. 2.8.1 - Imobilizado: É registrado ao custo de aquisição ou construção, ajustado, quando aplicável, ao seu valor de recuperação, sendo representado, sobretudo, por ativos associados às fases de exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás natural, como, por exemplo, gastos com perfuração e completação, plataforma fixa e equipamentos de E&P. Inclui, ainda, máquinas e equipamentos e outros ativos tangíveis utilizados para fins administrativos, como móveis, equipamentos telefônicos e equipamentos de informática. O ganho e a perda oriundos da baixa ou alienação de um ativo imobilizado são determinados pela diferença entre a receita auferida, se aplicável, e o respectivo valor residual do ativo, e é reconhecido no resultado do exercício. 2.8.2 - Intangível: Direito de concessão exploratória, bônus de assinatura e outros ganhos com aquisição de concessões durante a fase exploratória são registrados como ativo intangível, pelo custo de aquisição, deduzidos da amortização acumulada e ajustados ao seu valor de recuperação, quando aplicável. 2.8.3 - Esforços bem-sucedidos: Os gastos com exploração e desenvolvimento da produção de petróleo são registrados de acordo com o método dos esforços bem-sucedidos (successful efforts). Este método determina que os custos de desenvolvimento de todos os poços de produção e dos poços exploratórios bem-sucedidos, vinculados às reservas economicamente viáveis, sejam capitalizados, enquanto os custos de geologia e geofísica e de sísmica devem ser considerados despesas do exercício. Adicionalmente, os poços exploratórios secos e os gastos vinculados a áreas não-comerciais devem ser registrados no resultado quando são identificados como tal. 2.8.4 - Gastos com abandono: Os gastos com abandono das áreas de desenvolvimento e produção de petróleo são registrados como ativo em contrapartida de uma provisão no passivo. 2.8.5 - Depreciação: Os gastos



PRIO TIGRIS
CNPJ Nº 06.871.406/0001-26

do ou circunstâncias que estão além do controle da Companhia. As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. No processo de aplicação das políticas contábeis, a Administração faz os seguintes julgamentos que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras: • Existência de indicativos para reversão da perda por redução do valor recuperável de ativos não financeiros. Quando há indicativos para reversão da perda no valor recuperável de ativos não financeiros, uma avaliação sobre a reversão da perda por redução do valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é avaliada através do maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais o Grupo ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste, quando aplicável. O valor recuperável utiliza premissas como taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa, recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. • Tributos diferidos (probabilidade de lucro tributário futuro): Ativo fiscal diferido é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. • Provisão para abandono de instalações: Ao determinar o valor da provisão, premissas e estimativas são feitas em relação às taxas de desconto, ao custo esperado para o abandono das instalações e remoção de ativos do local para remediar os danos ambientais causados e ao momento esperado desses custos. Ao estimar o custo esperado, a Companhia leva em consideração, dentre outros fatores, as mudanças na legislação ambiental e regulamentações que podem afetar o processo de desmontagem e remoção da planta. • Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. As informações sobre premissas e estimativas na data da emissão do relatório que poderão resultar em um ajuste nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota Explicativa 7 - Imobilizado, principalmente as informações que se referem a depreciação e valor recuperável de ativos de óleo e gás. • Nota Explicativa 8 - Intangível, principalmente as informações que se referem a amortização e valor recuperável dos ativos de óleo e gás. • Nota Explicativa 13 - Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido. • Nota Explicativa 14 - Provisão para abandono de instalações. • Nota Explicativa 21 - Impairment. • Nota Explicativa 25 - Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro. • Nota Explicativa 26 - Contingências. 2.18 **Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia não adotou as seguintes normas na preparação desta demonstração financeira. - IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis. O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais: • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. • As medidas de desempenho definidas pela administração são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, as entidades serão obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa a apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão IFRS 18, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas. - Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7): Não se espera que essa alteração tenha impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. 2.19 **CPC 23 - Políticas contábeis materiais, mudanças de estimativas e retificação de erro:** 2.19.1 - **Mudança de estimativa contábil:** Anualmente a Companhia revisa as projeções de reservas de óleo e gás nos Campos em produção através da certificadora internacional independente DeGolyer and MacNaughton ("D&M"). A reavaliação com base em 31 de dezembro de 2025 apontou alterações nas reservas e consequentemente, alteração na base para a depreciação a partir de janeiro de 2026. No Campo de Peregrino houve mudança na vida útil econômica das reservas provadas e desenvolvidas, passando de 2031 para 2034.

	31/12/2025	31/12/2024
3. Caixa e equivalentes de caixa	867.561	387.632
Bancos	867.561	387.632

Total em reais 638.017 13.471
Total em outras moedas 229.544 374.161
O saldo de caixa e equivalentes de caixa constitui-se de recursos para fins de capital de giro, aplicados por períodos que variam de um dia a três meses, dependendo das necessidades imediatas de caixa da Companhia em instrumentos de alta liquidez no Brasil (compromissadas, CDB e Fundo de investimento) e no exterior (disponibilidades em conta corrente remuneradas), sem risco de variação significativa do principal e rendimentos quando do resgate.

	31/12/2025	31/12/2024
4. Contas a Receber		
Sinochem London	448	249.407
Outros	448	249.407
Total	448	249.407

Total em reais 448 -
Total em outras moedas 249.407 -
Historicamente o contas a receber da Companhia não possui risco de crédito significativo. Dessa forma a Administração entendeu que a constituição de provisão para devedores duvidosos seria imaterial.

	31/12/2025	31/12/2024
5. Tributos a recuperar		
Imposto de renda e contribuição social (i)	183.023	192.725
IR retido na fonte (ii)	17.808	-
PIS e COFINS (iii)	56.183	120.154
ICMS (iv)	1.689	-
Total	258.703	312.879
Ativo Circulante	256.985	246.536
Ativo Não Circulante	1.718	66.523

(i) Refere-se a IRPJ/CSLL pagos a maior em exercícios anteriores (saldo negativo). (ii) Refere-se basicamente a imposto de renda retido sobre aplicações financeiras. (iii) Créditos de PIS/COFINS sobre insumos utilizados na operação, com expectativa de compensação com os impostos federais a pagar no exercício de 2026. (iv) ICMS a recuperar referente à compra de materiais utilizados como insumos na produção. A expectativa é de que esses créditos sejam utilizados para compensar impostos incidentes sobre a venda de óleo e gás, bem como sobre a importação de materiais.

	31/12/2025	31/12/2024
6. Depósitos judiciais e cauções		
Cauções	73	87
Processos tributários	156.666	141.124
Total	156.739	141.211

Os processos tributários, e referidos depósitos judiciais, são compostos por: - Mandado de Segurança, no valor de R\$ 13.224 (R\$ 11.914 em 31 de dezembro de 2024), visando ao reconhecimento do direito líquido e certo de não se submeterem à retenção do Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF") sobre os pagamentos remetidos ao exterior em contrapartida aos serviços prestados pela Sinochem China no período posterior a 6 de março de 2014, tendo em vista o disposto no artigo 7º da Convenção Internacional. - Ação Anulatória de Débito Fiscal, no valor de R\$ 10.915 (R\$9.832 em 31 de dezembro de 2024), visando garantir o cumprimento de decisão administrativa favorável à Companhia e o consequente cancelamento da cobrança emitida pela Receita Federal, que desconsiderou a utilização dos prejuízos fiscais de IRPJ e base negativa de CSLL na apuração do IRPJ e CSLL do AC 2012, sob pena de violação aos art. 45 do Decreto nº 70.235/72 e art. 156, IX, do CTN, art. 261, III e art. 580 do Regulamento do Imposto de Renda (Decreto 9.580/18), e art. 203 da Instrução Normativa da Receita Federal nº 1.700/17. - Mandado de Segurança, no valor de R\$ 132.527 (R\$ 119.378 em 31 de dezembro de 2024), visando ao reconhecimento do direito líquido e certo de não se submeterem à MP 1.163, em vigor entre 1º de março de 2023 e 30 de junho de 2023, que estabeleceu o Imposto de Exportação nas operações com petróleo. **7. Imobilizado:** a) **Composição do saldo:**

	Taxa de Depreciação %	Custo	Depreciação	Ajuste de conversão	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Em operação						
Ativos de Óleo e Gás - Peregrino	UOP (i)	21.196.301	(7.242.945)	2.985.724	16.939.080	7.415.651
Móveis e utensílios	10	159	(159)	-	-	1
Equipamentos de comunicação	10	2.359	(615)	(22)	1.722	-
Equipamentos de informática	20	1	-	-	1	87
Em andamento		202.387	-	219.198	421.585	816.096
Material poços						
Total		21.401.207	(7.243.719)	3.204.900	17.362.388	8.231.835

b) **Movimentação do saldo:**

	Saldo em 01/01/2025	Adições	Baixas	Depreciação	Reversão Transfe-rências	Impair-ment	Ajuste de conversão	Saldo em 31/12/2025
Em operação								
Ativos de Óleo e Gás - Peregrino	7.415.651	8.345.035 (*)	-	(2.373.950)	728.896	3.214.899	(391.451)	16.939.080
Móveis e utensílios	1	-	(1)	-	-	-	-	-
Equipamentos de comunicação	-	1	-	-	-	-	-	1
Equipamentos de informática	87	1.807	-	(125)	-	-	(47)	1.722
Em andamento	816.096	781.568	-	(1.075.206)	-	(100.873)	-	421.585
Material para poços								
Total	8.231.835	9.128.411	(1)	(2.374.075)	(346.310)	3.214.899	(492.371)	17.362.388

(*) Esta adição refere-se à aquisição adicional de 40% do Campo de Peregrino, conforme nota explicativa 8.c e ao aumento da provisão para abandono, conforme nota explicativa 14. O saldo de transferências no valor de R\$ 346.310 corresponde a materiais do imobilizado que foram utilizados na operação. Esses itens foram utilizados em reparos de emergência e contabilizados como custos dos produtos vendidos.

	Saldo em 01/01/2024	Adições	Baixas	Depreciação	Reversão Transfe-rências	Ajuste de conversão	Saldo em 31/12/2024
Em operação							
Ativos de Óleo e Gás - Peregrino	6.764.274	715.450	(187.708)	(933.852)	1.057.487	7.415.651	16.939.080
Móveis e utensílios	1	-	(1)	-	-	-	-
Equipamentos de informática	99	-	-	-	(42)	30	87
Em andamento	616.996	36.101	-	-	-	162.999	816.096
Material para poços							
Total	7.381.370	751.551	(187.708)	(933.894)	1.220.516	8.231.835	

8. Intangível: a) **Composição do saldo:**

	Saldo em 01/01/2025	Adições	Amortização	Reversão Impairment	Ajuste de conversão	Saldo em 31/12/2025
Ativos de Óleo e Gás - Peregrino	3.722.531	2.007.243 (*)	(928.132)	441.572	(249.961)	4.993.253
Adiantamento para aquisição Peregrino	-	716.556	-	-	(193.278)	523.278
Total	3.722.531	2.723.799	(928.132)	441.572	(443.239)	5.516.531

(*) A adição de refere-se à aquisição adicional de 40% do Campo de Peregrino, conforme nota explicativa 8.c

	Saldo em 01/01/2024	Baixas	Amortização	Ajuste de conversão	Saldo em 31/12/2024
Ativos de Óleo e Gás - Peregrino	3.628.725	(1.627)	(120.955)	216.388	3.722.531
Softwares	2	(2)	-	-	-
Total	3.628.727	(1.629)	(120.955)	216.388	3.722.531

c) **Compra de ativo e adiantamento para aquisição de 20% participação restante no campo de Peregrino:** No dia 01 de maio de 2025, a Companhia assinou contrato com a Equinor Brasil Energia Ltda. ("Equinor") para a aquisição de participação total de 60% e operação dos Campos de Peregrino e Pitangola. O negócio foi dividido em duas partes: (i) aquisição de 40% de participação, conjuntamente com a operação do campo, concluída no dia 11 de novembro de 2025 e (ii) aquisição de 20% de participação, que deve acontecer durante o exercício de 2026. As transações tiveram um valor conjunto de US\$ 3.350 milhões (equivalentes a R\$ 19.236.370), sendo pago no dia da assinatura 10% do preço inicial na forma de adiantamento e o restante nas datas de cada parcela sujeitas aos ajustes até o fechamento da transação (contados a partir de 1º de janeiro de 2024), como o resultado do ativo e juros. Na conclusão da parcela de 40% foram pagos no dia 11 de novembro de 2025 o valor de US\$ 1.564 milhões (equivalentes a R\$ 8.246.237 na data da aquisição). A alocação total dos valores pagos ficou da seguinte forma:

	R\$ mil (na data da aquisição)	US\$ mil
Adiantamento pago na assinatura (referente a 40%)	1.264.969	239.900
Complemento de preço ajustado na conclusão	8.246.237	1.563.890
Alocação do Preço		
Ativo Imobilizado (FPSO, Plataformas, poços)	6.794.400	1.288.551
Ativo Intangível (Contrato de concessão)	1.928.710	365.779
Materiais em almoxarifado	877.125	166.346
Adiantamento a fornecedor	20.442	3.877
Liquidação do cash balance do consórcio	(109.471)	(20.761)

Na conclusão da aquisição foi registrado complemento da provisão de abandono no montante de R\$ 1.322.571, referente ao aumento de participação no campo de 40% para 80%, conforme nota explicativa **14. 9. Fornecedores:**

	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores no país	433.873	-
Fornecedores no exterior	10.483	-
Total	444.356	-

A Companhia não possui operações de risco sacado junto aos seus fornecedores. **10. Tributos e contribuições sociais a pagar:**

	31/12/2025	31/12/2024
Royalties e Participação Especial	153.340	66.698
IRRF sobre serviços	4.804	6
ICMS	1.264	-
PIS/COFINS/CSLL	528	262
INSS	404	833
IRPJ e CSLL a pagar	-	710
Outros	290	1.116
Total	160.630	69.625

	Adições	Paga-mentos	Ajuste de con-Cambial	Varição de con-Cambial	Ajuste versão 31/12/2025	Marca-ção a merca-do
31/12/2024	Principal	Juros	Juros	Juros	Juros	
Citibank (i)	- 283.305	9.350	(9.017)	-	(8.187)	275.451
Itaú (ii)	- 697.398	19.620	(18.247)	-	(9.593)	689.178
Safra (iii)	- 141.653	4.610	-	-	(4.032)	142.231
Santander (iv)	- 544.880	8.510	-	-	5.529	558.919
JP Morgan (v)	- 411.428	4.296	-	-	1.299	417.023
ABC (vi)	- 169.983	5.941	(5.558)	-	(4.921)	165.445
Sumitomo Mitsui (vii)	- 817.320	23.582	-	-	8.410	849.312
Subtotal Empréstimos sem swap	- 3.065.967	75.909	(32.822)	-	(11.495)	3.097.559
XP S/A (viii)	- 530.100	21.775	-	(20.871)	-	531.004
Contratos de Swap - Ativo	- (530.100)	(21.775)	-	20.871	-	(531.004)
Contratos de Swap - Passivo	- 530.100	9.376	-	-	20.282	559.758
Subtotal Empréstimos com swap	- 530.100	9.376	-	-	20.282	559.758
Total	- 3.596.067	85.285	(32.822)	-	8.787	3.657.317
Circulante	-	-	-	-	-	43.837
Não Circulante	-	-	-	-	-	3.613.480

Os juros pagos são apresentados como atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa. (i) Em junho de 2025, a Prio Tigris contratou uma Nota de Crédito à Exportação ("NCE") junto ao Banco Citibank no valor de US\$ 50 milhões (R\$ 283.305), com vencimento em 3 anos e amortização anual a partir do 2º ano, taxa de TERM SOFR+2,50% a.a. com pagamentos trimestrais de juros e vencimento final em 36 meses. (ii) Em junho de 2025, a Prio Tigris contratou um Pré-Pagamento de Exportação ("PPE") junto ao Banco Itaú no valor de US\$ 75 milhões (R\$ 424.958), com vencimento em 3 anos e amortização anual a partir do 2º ano, taxa de TERM SOFR+2,42% a.a. com pagamentos trimestrais de juros e vencimento final em 36 meses. Em setembro de 2025, a Prio Tigris contratou um Pré-Pagamento de Exportação ("PPE") junto ao Banco Itaú no valor de US\$ 50 milhões (R\$ 272.440), com vencimento em 3 anos e amortização trimestral a partir do 2º ano, taxa de TERM SOFR+2,47% a.a. com pagamentos trimestrais de juros. (iii) Em junho de 2025, a Prio Tigris contratou dois Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio ("ACC") junto ao Banco Safra no valor de US\$ 25 milhões (R\$ 141.653), com vencimento em 3 anos e amortização anual a partir do 2º ano, taxa de 6,40% a.a. com pagamentos anuais de juros a partir do 2º ano e vencimento final em 26 meses. (iv) Em setembro de 2025, a Prio Tigris contratou um Pré-Pagamento de Exportação ("PPE") junto ao Banco Santander no valor de US\$ 100 milhões (R\$ 544.880), com vencimento em 3 anos e amortização trimestral a partir do 2º ano, taxa de TERM SOFR+2,30% a.a. com pagamentos semestrais de juros. (v) Em junho de 2025, a Prio Tigris contratou um Adiantamento sobre Contrato de Câmbio ("ACC") com o J.P Morgan no valor de US\$ 25 milhões (R\$ 141.653), com amortização de juros e principal no vencimento, taxa de 5,60% a.a. e vencimento final em 24 meses. Em dezembro de 2025, a Prio Tigris contratou um Adiantamento sobre Contrato de Câmbio ("ACC") com o J.P Morgan no valor de US\$ 50 milhões (R\$ 269.775), com amortização de juros e principal no vencimento, taxa de 5,55% a.a. e vencimento final em 24 meses. (vi) Em junho de 2025, a Prio Tigris contratou um Adiantamento sobre Contrato de Câmbio ("ACC") com o Banco ABC no valor de US\$ 30 milhões (R\$ 169.983), com amortização total no vencimento, taxa de TERM SOFR+2,55% a.a. com pagamentos semestrais de juros e vencimento final em 24 meses. (vii) Em setembro de 2025, a Prio Tigris contratou um Pré-Pagamento de Exportação ("PPE") com o Sumitomo Mitsui Bank no valor de US\$ 150 milhões (R\$ 817.320), com amortização total no vencimento, taxa de TERM SOFR+2,50% a.a. com pagamentos semestrais de juros e vencimento final em 36 meses. (viii) Em setembro de 2025, a Prio Tigris contratou uma Nota de Crédito à Exportação ("NCE") junto ao Banco XP S/A no valor de R\$ 530.100 (equivalente a US\$ 100 milhões na data de contratação), com amortização total no vencimento, taxa de CDI+0,85% a.a. com pagamentos semestrais de juros e vencimento final em 36 meses. Na mesma data, a Companhia contratou swaps (instrumentos derivativos) com o objetivo de dolarizar a emissão. Dessa forma, a NCE em conjunto com os instrumentos derivativos resultará em um custo dolarizado de 6,23% ao ano. A Companhia designou esse empréstimo como item protegido e os contratos de swap como instrumentos de proteção, e decidiu pela contabilização de hedge (*hedge accounting*), conforme CPC 48/IFRS 9, item 6.4.1, como hedge de fluxo de caixa. Por terem sido contratados com prazos e taxas idênticas, a efetividade da operação é de 100%, sem risco de descalçamento quanto aos valores praticados na liquidação de cada parcela de juros ou do principal. O hedge de fluxo de caixa deve contabilizar o ajuste ao valor justo (ou marcação a mercado) dos instrumentos de proteção no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes. Este montante representa o quanto seria pago e transferido para o resultado em caso de antecipação da liquidação dos contratos de swap. Até dezembro de 2025, o valor registrado no Patrimônio Líquido soma R\$ 11.027 (US\$ 2.003 mil), em contrapartida ao passivo de marcação a mercado. O valor registrado no Patrimônio Líquido está apresentado líquido de imposto de renda e contribuição social diferidos, no montante de R\$ 3.749. Os contratos firmados com os bancos Citibank (i), Itaú (ii), Safra (iii), Santander (iv), JP Morgan (v), ABC (vi) e Sumitomo Mitsui (vii) possuem cláusulas de covenants financeiros atrelados ao índice de alavancagem. O índice é calculado por meio da divisão da dívida líquida do período pelo EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses (EBITDA menos a linha de outras receitas e despesas). O limite máximo do índice é 2,5x e eventual descumprimento deste índice resulta em restrição na tomada de novas dívidas. A medição desse índice é realizada trimestralmente e em 31 de dezembro de 2025, e nas medições realizadas nos períodos anteriores, o indicador calculado ficou abaixo do limite estabelecido, atendendo as cláusulas dos contratos. **12. Operações de Arrendamento (IFRS16/ CPC06 - R2):** Os ativos de direito de uso representam os seguintes ativos subjacentes:

	Custo	Depreciação	Ajuste de conversão	Saldo
Embarcações de Apoio	56.275	(41.436)	1.804	16.643
Helicópteros	75.972	(4.592)	3.235	74.615
Total	132.247	(46.028)	5.039	91.258

Para calcular o montante do custo foram considerados os prazos contratuais, bem como a taxa de desconto. Essa taxa é mantida até o fim dos contratos, exceto se houver alteração do prazo destes, quando é atualizado à taxa incremental na data de alteração. No quarto trimestre de 2025, houve a inclusão de três contratos - um de helicóptero e dois de embarcação que atenderão ao Campo de Peregrino. O contrato de helicóptero é descontado à taxa de 6,37% para a parcela em dólar e 14,15% para a parcela em reais. Já o contrato de embarcação é descontado à taxa de 6,37% para a parcela em dólar e 14,17% para a parcela em reais. Com o aumento da vida útil mencionado na nota 2, os contratos foram calculados até março de 2034. Em decorrência da inclusão dos novos contratos mencionados anteriormente, o ativo e o passivo aumentaram em R\$ 132.246. Os efeitos apresentados no exercício foram



PRIO TIGRIS
CNPJ Nº 06.871.406/0001-26

Os efeitos no resultado foram:

	31/12/2025	31/12/2024
Venda de Óleo	(4.101.150)	-
Juros sobre contratos de mútuo	573.827	592.927
Rateio de despesas administrativas	81.935	-
Despesas com Vendas	17.940	-
Varição cambial	11.380	-
Total	(3.416.068)	592.927

Remuneração dos Administradores: A remuneração dos Administradores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 2.979 (R\$ 5.844 em 31 de dezembro de 2024). **17. Patrimônio líquido:** 17.1. **Capital social:** No dia 20 de outubro de 2025 houve aumento de capital da Companhia, no montante de R\$ 808.994 mediante a emissão de 808.000.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Adicionalmente, no dia 10 de novembro de 2025 foi aprovado o aumento do capital social da Companhia, no montante de R\$ 2.339.964 através da emissão de 2.339.964.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2025, o capital subscrito e integralizado da Companhia no valor de R\$ 12.698.322 está representado por 958.084.313,498 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. **18. Receita Líquida:** A receita líquida para os respectivos exercícios é composta da seguinte forma:

	31/12/2025	31/12/2024
Receita bruta	4.253.638	3.996.233
Despesas de comercialização	-	(11.737)
Receita líquida	4.253.638	3.984.496

A partir de 2025, os valores referentes às despesas de comercialização estão sendo apresentados na Nota de Custos dos produtos vendidos.

19. Custos dos produtos vendidos:

	31/12/2025	31/12/2024
Depreciação e Amortização	(3.254.040)	(984.745)
Operação e Manutenção	(829.715)	(975.613)
Royalties e participação especial	(675.436)	(434.853)
Pessoal	(144.320)	-
Logística	(119.047)	(94.932)
Consumíveis	(104.797)	(45.967)
Outros Custos	(82.177)	(17.690)
Depreciação de arrendamento	(32.418)	-
Total dos custos de produção	(5.241.950)	(2.553.700)
Despesas de comercialização	(12.298)	-
Total dos custos dos produtos vendidos	(5.254.248)	(2.553.700)

20. Despesas gerais e administrativas:

	31/12/2025	31/12/2024
Despesas com pessoal	(24.707)	(14.248)
Despesas gerais e administrativas	(23.958)	(7.196)
Despesas com serviços de terceiros	(17.248)	(15.149)
Impostos e taxas	(16.218)	(5.776)
Despesa de depreciação e amortização	(125)	(44)
	(82.256)	(42.413)

21. Impairment: A Companhia monitora continuamente mudanças nas condições econômicas e operacionais que possam indicar a existência de perda no valor recuperável de seus ativos. Sendo tais evidências identificadas, são realizados cálculos para verificar se o valor contábil líquido excede o valor recuperável, e se confirmado, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil ao valor recuperável. Para fins desse teste, foram utilizadas, entre outras premissas, as estimativas de reservas dos campos em operação elaboradas pela DeGolyer and MacNaughton ("D&M") em 31 de dezembro de 2025, bem como projeções de preços futuros do Brent, descontadas a uma taxa de 9,61% ao ano. No exercício de 2025, as novas curvas de produção projetadas, em conjunto com a redução dos custos devido à operação do Campo de Peregrino pela Prio e o valor da aquisição dos 40% adicionais, apresentaram um valor presente maior do que os valores dos ativos registrados que indicaram a reversão integral da provisão de *impairment* no valor de R\$ 3.656.471. **22. Outras receitas e despesas:**

	31/12/2025	31/12/2024
Aumento da provisão de abandono (alteração de taxa/curva)	-	205.751
Reversão (Provisão) para Contingências Trabalhistas	(78)	-
<i>Indirect Overhead</i> - Parcerias	1.713	(47.612)
Perda parada de produção Peregrino	(194.765)	-
Outras Receitas (Despesas)	28.537	(23.290)
Total	(164.593)	134.849

23. Resultado financeiro:

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras	84.354	26.186
Receita de aplicação financeira realizada	42.137	20.339
Outras receitas financeiras	42.217	5.847
Despesas financeiras	(852.752)	(685.831)
Perda em aplicação financeira realizada	(4.061)	-
Juros sobre empréstimos	(85.285)	-
Juros sobre empréstimos <i>intercompany</i>	(573.827)	(592.927)
Despesas com juros sobre arrendamentos	(1.883)	-
Ajuste a valor presente abandono	(154.790)	(90.893)
Outras despesas financeiras	(32.906)	(2.011)
Varições cambiais, líquidas	(11.738)	(53.211)
Receita de variação cambial	311.331	148.867
Despesa de variação cambial	(323.069)	(202.078)

24. Imposto de Renda e Contribuição Social: Os impostos sobre o lucro da Companhia diferem do valor teórico que seria obtido com o uso da alíquota de imposto aplicável, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.617.862	810.224
Alíquota de acordo com a legislação vigente	34%	34%
Despesas indedutíveis/receita não tributável, líquidas:	550.073	275.476
Diferenças Permanentes	185.640	(389.089)
Dedução/ Benefícios Fiscais	(374)	-
(Utilização de) Prejuízo Fiscal	(26.697)	-
Diferença de base tributária - Moeda Funcional	(65.639)	624.794
Total	643.003	511.181
Imposto de renda e contribuição social	62.423	(784)
Imposto de renda diferido	580.580	511.965
Despesa (receita) do imposto de renda e contribuição social no resultado	643.003	511.181
Alíquota efetiva sobre o lucro antes do imposto	39,74%	63,09%

25. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro: A Companhia está exposta a riscos de mercado (taxas de juros, preço e câmbio), de crédito e de liquidez, e tem como estratégia a realização de parte de seus investimentos em ativos de renda fixa e variável, transações envolvendo câmbio, juros, *swaps*, derivativos, commodities diversas e outros instrumentos financeiros, para fins especulativos, em diversos setores no Brasil e no exterior, a curto, médio e/ou longo prazo, a fim de maximizar a rentabilidade e buscar um maior retorno a seu acionista. Ao adotar essa estratégia, a Companhia está exposta aos riscos inerentes a tais investimentos, e à flutuação nos preços destes ativos, o que pode impactar negativamente o caixa da Companhia. A Administração estabelece e periodicamente revisa as políticas para gestão de cada um desses riscos, os quais são resumidos abaixo. Risco de mercado - câmbio: O risco cambial é a possibilidade de perdas financeiras decorrentes da oscilação nas taxas de câmbio entre duas moedas. A companhia tem como moeda funcional o dólar por ter se não toda, a maior parte do seu caixa, receita, custos e dívida em dólar, considerando que as dívidas em reais possuem swap para dólar. Portanto, a Companhia entende que a oscilação nas taxas de câmbio não apresenta riscos relevantes. Risco de mercado - preço: O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do efeito da oscilação dos valores de mercado de instrumentos financeiros e mercadorias (*commodities*). A companhia realiza acompanhamento constante do mercado e, quando necessário, contrata operações com derivativos para neutralizar os impactos destas oscilações de preço das *commodities*. Instrumentos Financeiros Derivativos - Hedge: A Companhia designou o empréstimo contratado junto ao Banco XP S/A como item protegido, e os contratos de swap como instrumentos de proteção, e decidiu pela contabilização de hedge (hedge accounting), conforme CPC 48/ IFRS 9, item 6.4.1, como hedge de fluxo de caixa. Por terem sido contratados com prazos e idênticas, a efetividade da operação é de 100%, sem risco de descasamento quanto aos valores praticados na liquidação de cada parcela de juros ou do principal. Em 31 de dezembro de 2025 a marcação a mercado dos contratos de swap somava R\$ 11.027. • Risco de mercado - taxa de juros: Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa das flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas aos empréstimos captados atrelados ao indexador SOFR. A aplicação dos recursos disponíveis é realizada, predominantemente, em títulos emitidos por instituições financeiras, com taxas pós-fixadas baixas e, em sua maioria, com liquidez diária, respeitando os limites prudenciais de concentração e não representando risco significativo. A tabela a seguir informa a análise de sensibilidade realizada para um horizonte de 12 meses a partir de 31 de dezembro de 2025. O cenário provável apresenta o valor dos juros considerando as taxas de mercado, e os cenários I e II demonstram a despesa total de juros flutuantes caso ocorra uma variação de 25% e 50% nessas taxas de juros, respectivamente, mantendo-se todas as demais variáveis constantes.

Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário (I) 25%	Cenário (II) 50%
Empréstimos e financiamentos	Aumento da SOFR	(30.745)	(35.360)	(39.975)

Risco de crédito: A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais e depósitos em bancos e/ou instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros. Para mitigar tais riscos, a Companhia adota uma administração conservadora ao realizar aplicações, em sua maioria, com liquidez diária e taxas pós-fixadas, em bancos, levando-se em consideração as notações das principais agências de risco e respeitando limites prudenciais de concentração, listados na nota explicativa de caixa e equivalentes de caixa. Com relação ao risco de crédito de suas operações de vendas, a Companhia analisa a situação financeira e patrimonial de seus clientes, em conjunto com o prestador de serviço de comercialização (*trader*), que também atua como intermediário nas transações de venda do petróleo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as vendas líquidas de petróleo foram para a Sinochem International Oil (London) CO Ltd, Prio Luxembourg Holding Sarl e Prio O&G Trading & Shipping GmbH (Traders de óleo do Grupo Prio), que não apresentam risco de crédito relevante, considerando que historicamente não possuem atrasos nem inadimplências. O prazo médio de

recebimento é de 30 dias da conclusão da venda. Risco de liquidez: A gestão prudente do risco implica manter caixa compatível com as necessidades de desembolso para cobrir as obrigações, em consonância com o plano de negócios da Companhia.

	Valor Contábil	até 12 meses		até 12 meses	Total
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025					
Passivo					
Empréstimos e financiamentos	(3.657.317)	(210.803)	(4.684.181)	(4.894.984)	(4.894.984)
Fornecedores	(444.356)	(444.356)	-	(444.356)	(444.356)
Arrendamentos	(90.114)	(49.527)	(64.589)	(114.116)	(114.116)
Marcação a mercado dos swaps dos empréstimos	(11.027)	-	-	-	-
Empréstimos com partes relacionadas	(11.550.611)	(89.538)	(11.461.073)	(11.550.611)	(11.550.611)
	(15.753.425)	(794.224)	(16.209.843)	(17.004.067)	(17.004.067)

	Valor Contábil	até 12 meses		até 12 meses	Total
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024					
Passivo					
Empréstimos com partes relacionadas	(9.230.552)	(502.034)	(8.728.518)	(9.230.552)	(9.230.552)
	(9.230.552)	(502.034)	(8.728.518)	(9.230.552)	(9.230.552)

Valor justo dos ativos e passivos financeiros: O conceito de "valor justo" prevê a avaliação de ativos e passivos com base nos preços de mercado, quando se tratar de ativos com liquidez, ou em metodologias matemáticas de precificação, no caso contrário. O nível de hierarquia do valor justo fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado: a) Nível 1: a mensuração do valor justo utiliza preços cotados (não corrigidos) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos. b) Nível 2: a mensuração do valor justo é derivada de outros insumos cotados incluídos no Nível 1, que são cotados através de um ativo ou passivo, quer diretamente (ou seja, como os preços) ou indiretamente (ou seja, derivada de preços). c) Nível 3: a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possui mercado ativo. Os valores de mercado ("valor justo") obtidos pela Administração foram determinados pelo Nível 2 para os instrumentos financeiros abaixo, e não houve transferências entre níveis de mensuração na hierarquia do valor justo no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

	31/12/2025		31/12/2024	
	Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor Justo

Ativos financeiros

Custo amortizado:

Caixa e equivalentes de caixa (ii)	867.561	867.561	387.632	387.632
Contas a receber (i)	448	448	249.407	249.407
Partes relacionadas	397.779	397.779	-	-

Passivos financeiros

Custo amortizado:

Fornecedores (i)	444.356	444.356	-	-
Empréstimos e Financiamentos	3.628.563	3.628.563	-	-
Partes relacionadas	11.550.611	11.550.611	9.230.552	9.230.552
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes				
Swap (ii)	28.754	39.781	-	-

(i) Os valores relacionados aos saldos de contas a receber e fornecedores não possuem diferenças significativas ao seu valor justo devido ao giro de recebimento/pagamento destes saldos ser em média de 30 dias. (ii) As mensurações de valor justo são obtidas por meio de variáveis observáveis diretamente (preços, por exemplo). **26. Contingências:** A Administração da Companhia consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de perda nas demandas judiciais, entende que a provisão constituída, de natureza trabalhista, e registrada no balanço em 31 de dezembro de 2025 no montante de R\$ 78 é suficiente para cobrir perdas consideradas prováveis e razoavelmente estimáveis. Segundo os consultores jurídicos da Companhia, o risco de perda dos processos tributários que estão em andamento é "possível" no montante de R\$ 109.256 (R\$ 296.346 em 31 de dezembro de 2024). As causas com valores mais relevantes são: (1) Secretaria da Receita Federal, referente à Impugnação ao Auto de Infração lavrado contra a Prio Tigris, no qual é exigido crédito tributário a título de IRPJ e de CSLL, relativos aos anos-base de 2012 e 2013, acrescidos de multa de 75% e juros calculados pela Selic, no montante de R\$ 71.340 (R\$ 223.317 em 31 de dezembro de 2024); e (2) Fazenda Nacional, referente à ação anulatória de débito fiscal com pedido de tutela provisória de urgência de natureza cautelar antecedente para suspensão da exigibilidade integral do crédito tributário decorrente da cobrança emitida pela Receita Federal, no montante de R\$ 12.308 (R\$ 49.218 em 31 de dezembro de 2024, pois ainda não havia previsão).

Relatório dos auditores independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Diretores da Prio Tigris S.A. Rio de Janeiro - RJ. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Prio Tigris S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Prio Tigris S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Auditoria das demonstrações financeiras no exercício anterior:** O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 14 de maio de 2025, sem modificação. **Responsabilidade**

de administração pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada

e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2025.
KPMG Auditores Independentes - CRC SP-014428/O-6 F-RJ
Bruno Bressan Marcondes - Contador CRC RJ-112835/O-7

